



**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL**
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

ESCOLA DE COMÉRCIO CONSELHEIRO ORLANDO ARACAJU/SERGIPE (1923-1944): FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS CONTADORES

LUCIANA MATOS DOS SANTOS FIGUEIREDO BARRETO

HELENA MARIA FAGUNDES DOS SANTOS BRAZ

EIXO: 6. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo compreender o ensino profissionalizante de contabilidade e as práticas formativas, através do estudo, da Escola de Comércio Conselheiro Orlando, Aracaju-Sergipe, no período de 1923 a 1944, considerando o nível de desenvolvimento social, cultural, político e econômico do estado, na formação de profissionais contadores. O estudo proposto tem por base a pesquisa histórica e documental, com análise qualitativa, apoiada em pesquisas bibliográficas que norteiam o tema História da Educação Contábil e Ensino Profissionalizante. Com este estudo, a autora pretende contribuir com as pesquisas na área da História da Educação, ao propor considerações sobre o ensino profissionalizante e suas práticas de formação. O estudo se encontra aberto a críticas e sugestões que contribuam com a sua realização. **Palavras-chave:** Ensino profissionalizante da Contabilidade. História da Educação Contábil. Escola de Comércio Conselheiro Orlando. **ABSTRACT:** This study aims to understand the vocational education accounting and training practices through the study of the School of Commerce Board Member Orlando, Aracaju, Sergipe, in the 1923 period to 1944, considering the level of social, cultural, political and economic status, the training of professional accountants. The proposed study is based on historical and documentary research, with qualitative analysis, based on literature searches that guide the subject History of Accounting Education and Vocational Education. With this study, the author intends to contribute to research in History Education, proposing consideration of vocational education and their training practices. The study is open to criticism and suggestions that contribute to their achievement. **Key words:** Vocational education

Accounting. History of Accounting Education. School for Trade Orlando.

1 INTRODUÇÃO O interesse pelo tema teve origem nas leituras realizadas, no primeiro semestre do ano passado, como aluna especial do Mestrado em Educação da Universidade Tiradentes, na disciplina História da Educação, quando oportunamente observei uma grande carência de material abordando a História da Educação Contábil no estado de Sergipe. Como professora e pesquisadora da Ciência Contábil, surgiu a necessidade de aprofundamento com base em estudo sobre a história do ensino de comércio, como ramo do ensino profissionalizante, que formava os profissionais de contabilidade no estado de Sergipe. Aprovado pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes, no primeiro semestre de 2016, o projeto de pesquisa, tem por objetivo compreender o ensino profissionalizante de contabilidade e as práticas formativas, através do estudo, da Escola de Comércio Conselheiro Orlando, Aracaju-Sergipe, no período de 1923 a 1944, considerando o nível de desenvolvimento social, cultural, político e econômico do estado, na formação de profissionais contadores. Segundo Felgueiras (2010, p.27), fazer História da Educação hoje “implica prestar atenção à densidade histórica do sistema educativo, nos contextos concretos de realização, expressos numa cultura material que, simultaneamente, traduz as concepções de uma sociedade e manifesta as condições em que puderam ocorrer”. O conceito ora oferecido ampara a pertinência desta investigação, que se preocupa em compreender os aspectos da organização e das práticas para a formação do profissional de contabilidade, ou seja, a forma como se fazia a transmissão dos conhecimentos considerados convenientes aos alunos do ensino de comércio no estado de Sergipe. Direcionando a pesquisa para a Escola de Comércio Conselheiro Orlando, dentro de uma perspectiva histórica, o estudo busca preencher uma lacuna ainda pouco ou nada explorada, na literatura Sergipana, sobre o ensino profissionalizante de contabilidade. E algumas questões precisam de resposta: Qual a influência dessa escola na formação do profissional contador em nosso estado?

Como se deu o processo de organização e funcionamento dessa escola?

Quais conhecimentos curriculares, valores e habilidades eram desenvolvidos para a formação desse profissional?

Pelo exposto fica destacado que existiu uma escola que fez parte da História da Educação Contábil no estado de Sergipe, que carece de estudo, e que ponderar em torno da História da Escola de Comércio Conselheiro Orlando pode trazer subsídios para a pesquisa histórica em educação neste Estado. No âmbito metodológico, o estudo proposto tem por base a pesquisa histórica e documental, com análise qualitativa, apoiada em pesquisas bibliográficas que norteiam o tema História da Educação Contábil e Ensino Profissionalizante, tanto quanto, materiais específicos que relatam o histórico da Escola de Comércio Conselheiro Orlando, durante o período de 1926 a 1944. Quanto a pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2007, p. 65) pode ser “desenvolvida a partir

de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Quanto à análise dos dados, de forma qualitativa, Richardson (1999) apud Beuren et. al (2006, p. 91), “descreve a complexidade de determinado problema, analisa a interação de certas variáveis, compreende e classifica os processos dinâmicos vividos por grupos sociais”. Quanto ao aspecto documental a pesquisa se estenderá no estudo das legislações (leis, decretos, decretos-leis, resoluções) que se relacionem com o objeto de estudo. A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. (Ludke e André, 1986).

Os maiores problemas para os novos historiadores, no entanto, são certamente aqueles das fontes e dos métodos. Já foi sugerido que quando os historiadores começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes para suplementar os documentos oficiais. (BURKE, 2011, p.25) Para subsidiar a pesquisa alguns acervos serão consultados, tais como: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; Arquivo Público de Sergipe; Biblioteca Pública Epifânio Dória; Arquivo Geral da Universidade Federal de Sergipe e Arquivo do Instituto de Educação Rui Barbosa e outros que aparecerem ao longo da pesquisa. No Brasil, muitas pesquisas abordam o ensino de comércio, tais como: I) Andrade (2012) desenvolveu estudo intitulado **"Escola técnica de comércio de Itabaiana-SE (1967-1978) e a formação de profissionais contabilistas"**, sendo o principal objetivo investigar as transformações socioeconômicas ocorridas com os alunos egressos do curso técnico em contabilidade e as práticas formativas vivenciadas na referida instituição, durante o seu período de apogeu ao declínio; II) Moraes e Silva (2014) realizaram pesquisa intitulada **"Ensino técnico-profissional no Brasil: escola técnica de comércio Santo Antônio – Guarabira – Paraíba/Brasil (1952-1974)"**, com o objetivo principal de reconstituir a história da ETCSA de Guarabira/PB, no período entre a criação da escola e a implantação da Lei Federal 5.692/71; III) Polato (2008) com a pesquisa intitulada **"A fundação escola de comércio Alvares Penteadó (Fecap) e o ensino comercial em São Paulo (1902-1931)"** procurou estudar a Fundação Escola de Comércio Alvares Penteadó (Fecap) de 1902 até o advento do Decreto Federal nº 20.158, de 30 de junho de 1931, que organiza o ensino comercial e regulamenta a profissão de contador no país e analisando esta instituição de ensino privada, o ensino comercial em São Paulo em um período em que

praticamente não havia qualquer regulamentação estatal ou instituição oficial que ministrasse tal modalidade de ensino; IV) Silva (2015) apresentou através da pesquisa "**Gerações de técnicos em contabilidade: a escola técnica de comércio do colégio Farroupilha/RS (1950-1983)**" o levantamento prosopográfico dos alunos formados pela Escola Técnica de Comércio Farroupilha entre os anos de 1950 a 1983, período que a escola funcionou na cidade de Porto Alegre/RS; V) Gomes Júnior (2013) com a tese de doutorado "**O ensino comercial no Brasil: escola técnica de comércio Dr. Fernando Costa**" estudou os aspectos históricos da evolução da educação técnica comercial no Brasil; a oficialização desta modalidade de educação; e, por fim, a criação e fundação da Escola Técnica de Comércio Doutor Fernando Costa e alguns fatos de seu percurso histórico de quase 60 anos; VI) entre outras pesquisas de grande relevância. É importante que toda história seja analisada com o equilíbrio da visão de cima e da visão de baixo, pois, de acordo com Burke (2011, p. 12-13):

[...] a história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos. Ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no drama da história. [...] vários novos historiadores estão preocupados com a história vista de baixo; em outras palavras, com as opiniões das pessoas comuns e com a experiência da mudança social. **2 ENSINO DE CONTABILIDADE NO BRASIL: AULAS DE COMÉRCIO** Não se consegue estudar a História da Educação de Sergipe sem relacionar com a História da Educação no Brasil. O ensino da contabilidade nasce acompanhado da crença da necessidade de remodelação da ordem social e econômica, e da convicção de que a educação seria o mais forte instrumento para a consolidação de um povo trabalhador, e, para a construção de um município moderno, capaz de oferecer ao seu povo as condições de inserção mais democrática e representativa no mercado de trabalho. Em 1808, com a chegada da família real portuguesa no Brasil e sua instalação no Rio de Janeiro, ocorreu um grande desenvolvimento nos campos da agricultura, indústria e comércio. Sob o aspecto econômico desse período, Cunha (2007, p.69) afirma que:

Foram abolidas as restrições à manufatura e ao comércio, fossem as

simplesmente proibitivas, fossem as que garantiam o monopólio das corporações de ofício. A importação de insumos industriais ficou isenta de direitos alfandegários, assim como os manufaturados exportados. As iniciativas fabris foram beneficiadas com reserva de mercado, principalmente o das compras militares (fardamento, por exemplo) e doação de capital reunido por loterias. A metalurgia sofreu considerável impulso pela construção de usinas em São Paulo e Minas Gerais. Foi criado o Banco do Brasil, em 1809, para depósitos, descontos e emissões, importante agência no fornecimento de crédito mercantil para os negócios de exportação. Em 1819, o Laboratório Químico, criado no Rio de Janeiro, passou a apoiar a agricultura, a indústria e a farmácia na análise de insumos e produtos. A Criação dos jardins botânicos almejava introduzir novas espécies para cultivo comercial. Esse desenvolvimento forma um novo cenário para a educação superior com a criação de instituições e cursos de nível técnico e superior, com o objetivo de formar pessoas capacitadas para atender as necessidades do Estado, no controle de seus bens, frente à nova conjuntura econômica, social, política e cultural. Em 23 de novembro de 1808, foi criada uma cadeira de Aula Pública de Ciências Econômicas no Rio de Janeiro e por meio do Alvará de 15 de julho de 1809, foram criadas as Aulas de Comércio, dando início ao ensino comercial no Brasil. Para Schmidt (2000, p. 205):

Os estudos do comércio tiveram seus passos iniciais na obra de Visconde de Cairu (José Antônio Lisboa) publicada em 1804, intitulada Princípios de Economia Política. Em 1809, ele tornou-se o primeiro a apresentar um sistema de direito comercial e a realizar os primeiros estudos de economia política no Brasil. O governo imperial, a partir da década de 1830, aprovou, estabeleceu e modificou as condições de oferta dessas aulas, através de decretos, deixando mais claro o que eram as Aulas de Comércio. Sendo regulamentada através do Decreto nº 456, de 06 de julho de 1846. Conforme Peleias et al (2007, p. 24), a organização do curso era a seguinte:

O período letivo original era de dois anos, com exames finais abordando disciplinas como Direito Comercial, Prática das Principais Operações e Atos Comerciais, e a Arte da Arrumação de Livros, conforme consta no artigo 12 do Regulamento. No capítulo dos objetos do ensino, o Regulamento definia, para o segundo ano, a oferta das disciplinas História Geral do Comércio e

Arrumação e Prática de Livros. Os livros deveriam ser escriturados pelos alunos e apresentados quando solicitados. Nas aulas de comércio havia aprendizado sobre escrituração mercantil e conhecimentos das áreas de Administração, Contabilidade, Economia e Direito, buscando uma formação que mais se aproximava do exercício da profissão contábil. Na busca por atender à crescente demanda de profissionais qualificados, na década de 50 do século XIX, alguns acontecimentos merecem destaque: a) reforma da Aula de Comércio, através do Decreto nº. 769, em 09 de agosto de 1854; b) criação do Instituto Comercial do Rio de Janeiro com o Decreto nº. 1763, de 14.05.1856, que deu novos estatutos à Aula de Comércio da Corte; c) criação do Código Comercial Brasileiro, através da Lei nº 556, em 22 de junho de 1850; d) promulgação da Lei nº. 1083, de 22.08.1860, considerada por diversos estudiosos da área contábil como a primeira Lei das Sociedades Anônimas do Brasil; e) fundação da Associação de Guarda-Livros, em 1869. Outras escolas foram criadas no Brasil para a formação de guarda-livros como: Aula de Comércio do Maranhão, 1811; Aulas de Comércio de Pernambuco, 1813; Aulas de Comércio da Bahia, 1856; Academia de Comércio de Juiz de Fora/MG, 1891 e a Escola Prática de Comércio em 1902, São Paulo, mais tarde Escola de Comércio Álvares Penteado. Após a proclamação da república o ensino da contabilidade no Brasil parece entrar de forma mais direta nos currículos dos cursos de formação técnico-comercial. Segundo Leite (2005, p. 67), "em 1902, foram criadas duas importantes instituições de ensino comercial: a Escola Prática de Comércio de São Paulo, que em 1907 passou a se chamar Escola de Comércio Álvares Penteado, e a Academia de Comércio do Rio de Janeiro". Através do Decreto nº 1339, de 9 de janeiro de 1905, essas duas instituições de ensino foram declaradas instituições de utilidade pública e seus diplomas foram oficialmente reconhecidos, tornando-se referência no ensino comercial. No ano de 1908, a Escola de Comércio Álvares Penteado criou o Curso Superior de Ciências Comerciais. De acordo com Peleias et al (2007, p.26):

Os cursos profissionalizantes, ou de Ensino Técnico Comercial, foram instituídos pelo Decreto nº 17329, de 28.05.1926, que aprovou o regulamento dos estabelecimentos de ensino para oferecerem esses cursos: um com formação geral de quatro anos e outro, superior, de três anos. O curso geral conferia o diploma de Contador e o superior o título de graduado

em Ciências Econômicas. Para ingresso no curso geral, a idade mínima era de treze anos e, no curso superior, dezessete anos. Esse Decreto estabeleceu as disciplinas oferecidas para ambos os cursos, especificadas para cada ano de sua duração. A análise da grade do curso de formação geral revela a oferta das disciplinas Contabilidade, Contabilidade Mercantil, Contabilidade Agrícola e Industrial e Contabilidade Pública. Outros fatores relevantes que merecem destaque foram: o Decreto nº. 20158, de 30.06.1931, que regulamentou a profissão de contador, mediante o registro obrigatório dos guarda-livros e dos contadores na Superintendência do Ensino Comercial e reorganizou o ensino comercial, dividindo-o nos níveis propedêutico, técnico e superior; o Decreto nº. 1535, de 23.08.1939, que mudou a denominação do Curso de Perito Contador para Curso de Contador, o Decreto nº. 6141, de 28.12.1943, que estabeleceu as bases de organização e de regime do ensino comercial e na mesma data e o Decreto nº. 14373 que regulamentou a estrutura dos cursos de formação do ensino comercial. Com esse Decreto, o ensino comercial se incorporou ao sistema de ensino médio brasileiro, equiparando-se ao ensino secundário. Entretanto, mesmo com tais mudanças, várias críticas foram feitas a esses cursos. Conforme Fávero (1998, p. 19), os cursos de contabilidade ministrados nas escolas de comércio não satisfaziam as necessidades da época por diversos fatores como a falta de bons professores, grande número de alunos em cada classe, além de serem ministrados com pouca eficiência.

3 ENSINO DE CONTABILIDADE EM SERGIPE: ESCOLA DE COMÉRCIO CONSELHEIRO ORLANDO O cenário encontrado em Sergipe no início do século XIX não era tão diferente de outros locais no Brasil e foi captado pelo historiador inglês Robert Southey (1977) e citado por Nunes (1984, p.35):

Achava-se a grande massa do povo no mesmo estado como se nunca se houvesse inventado a imprensa. Havia muitos negociantes abastados que não sabiam ler, e difícil era achar jovens habilitados para caixeiros e guarda-livros. Nem era raro um opulento sertanejo encomendar a algum dos seus vizinhos que de qualquer porto de mar lhe trouxesse um português de bons costumes que soubesse ler e escrever, para casar-lhe com a filha. De acordo com Nunes (1984) numa tentativa de profissionalização do ensino e de atender à necessidade que se fazia sentir de pessoas qualificadas, o Presidente Zacarias de Gois Vasconcelos (26/4/1848 a 7/2/1849), criou, através da Lei de 30 de março de 1849 no seu artigo 1º. o curso de

Comércio, Contabilidade e Escrituração Mercantil, disciplinas ministradas no Liceu (São Cristóvão) e ensinadas pelo Professor Euzébio Vanério. O curso de Comércio teve curta duração, desaparecendo no ano de 1852, com apenas um único aluno matriculado, demonstrando que um sistema educacional precisa estar relacionado com a realidade local, para dar resultados. Apenas em 1871, com o início das aulas no colégio Atheneu Sergipense, e após o regulamento de 24 de outubro de 1870, do Presidente Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior, é que a educação teve uma reforma que causou transformações significativas para o ensino de Contabilidade no Estado. O Presidente Cândido da Cunha Leitão, por ato de 10 de junho de 1871, criou cursos noturnos que funcionaram anexos ao Atheneu e que "compreendiam o ensino de gramática nacional, língua francesa, comércio e escrituração mercantil, desenho linear e primeiras letras" (NUNES, 1984, p.118). Ao longo destes séculos observa-se que a realidade da educação sergipana não se distanciou do modelo nacional e que poucas foram as alterações introduzidas na República, com exceção do ensino profissional que obteve nas últimas décadas deste período um saldo positivo. Nas palavras de Leite (2005, p.67) "Somente no início do século XX, e ainda assim de forma tímida, é que os estudos na área do comércio começaram a ter certa importância, com a criação de uma série de escolas dessa modalidade nos principais centros urbanos do país." Em Aracaju, o ensino profissionalizante estruturou-se, nestas três primeiras décadas do século XX, com a criação da "Escola de Aprendizagem de Artífices" (1910), do "Liceu Profissional Coelho e Campos" (1923) e da "Escola de Comércio Conselheiro Orlando" (1923), regulamentada através do Decreto nº 17.329, de 28 de maio de 1926. A Escola de Comércio Conselheiro Orlando, no ano de 1926, registrou uma matrícula de 31 alunos, consolidando o ensino de contabilidade em nosso estado. Esse desempenho era causado pela absorção dos seus egressos no comércio local, o que mereceu uma mensagem à Assembleia Legislativa de Manuel Correia Dantas, Presidente do Estado, em 07 de setembro de 1927, reconhecendo os serviços prestados por aquela instituição em favor do ensino profissional para a juventude sergipana. (NUNES, 1984, p. 259) O curso da Escola de Comércio Conselheiro Orlando era dividido em Propedêutico (Curso Comercial Básico) e Técnico de Contabilidade. O Propedêutico tinha a duração de 3 anos. As disciplinas do primeiro ano eram: Português, Francês, Inglês, Matemática,

Aritmética, Geografia e História da Civilização. No segundo ano eram: Português, Francês, Inglês, Matemática, Álgebra, Corografia e História do Brasil. No terceiro ano: Português, Francês, Inglês, Matemática, Geometria, Física, Química, História Natural e Caligrafia. O Padre Serapião Machado foi diretor da Escola em 1939 e um dos professores da Escola de Comércio Conselheiro Orlando foi o Clodomir Silva, um sergipano sempre a serviço da cultura sergipana. Ele era Jornalista, escritor, advogado e político e integrou a elite intelectual sergipana entre 1920 e 1932. Alguns ex-professores da Escola de Comércio Conselheiro Orlando de 1939: Padre Edgar Brito José Barreto Fontes e Alcebíades Villas Boas (Português); Tenisson Ribeiro, José Franklin e João Melo (Inglês); Misael Viana, Cecílio Cunha e Alcebíades Villas Boas (Aritmética); Maria de Lourdes, Antonieta Vasconcelos e João Melo (Estenografia); João Melo, Miguel Resende e Padre Serapião Machado (Contabilidade). Em abril de 1944, foi publicado o Decreto-lei número 405, de 10 de abril de 1944, do Estado de Sergipe, que autorizava o aproveitamento dos professores da antiga Escola de Comércio Conselheiro Orlando, para Escola Técnica de Comércio de Sergipe. Visando abordar a importância dessa modalidade educativa ao longo de sua História, as mudanças que se fizeram presente, a legislação e suas implicações, voltados para o ensino profissionalizante, que a pesquisa pretende compreender o ensino de comércio e as práticas formativas através da Escola de Comércio Conselheiro Orlando e a sua importância na formação de profissionais contadores, no período de 1923 a 1944. **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS** Consideramos que compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa, integrando-a na realidade ampla do sistema educativo, significa contextualizá-la, questionando-a no quadro de evolução de uma sociedade inserida na sua localidade, sendo por fim necessário sistematizá-la e descrevê-la na biografia de sua vida, revelando toda sua multidimensionalidade e evidenciando seu sentido histórico. Nesse sentido, entendemos que esta pesquisa sobre o ensino profissionalizante de contabilidade no estado, através do estudo da Escola de Comércio Conselheiro Orlando, constitui um trabalho significativo e importante para a compreensão do papel desta instituição de ensino no contexto da época e as contribuições que a sua criação permitiu à sociedade sergipana. Ainda há muito a ser trilhado para compor o quadro do ensino profissional oferecido por esta instituição, muitos são os caminhos a serem percorridos para o

entendimento dos processos e esclarecimento dessa História. Na busca por todas as informações necessárias, alguns, acervos serão consultados para subsidiar a pesquisa, tais como: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; Arquivo Público de Sergipe; Biblioteca Pública Epifânio Dória; Arquivo Geral da Universidade Federal de Sergipe e Arquivo do Instituto de Educação Rui Barbosa e outros que aparecerem ao longo da pesquisa.

Isso significa que, num determinado estado do campo, os investimentos dos pesquisadores dependem tanto na sua importância (medida, por exemplo, em tempo dedicado à pesquisa) quanto na sua natureza (e, particularmente, no grau do risco assumido) da importância de seu capital atual e potencial de reconhecimento e de sua posição atual e potencial de campo” (ORTIZ, 2003, p.134) Como já mencionado, o presente trabalho busca apresentar, por sua autora, o projeto de pesquisa aprovado pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes, no primeiro semestre de 2016, o qual se encontra aberto a críticas e sugestões que contribuam com a sua realização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ANDRADE, José Paulo de. **Escola técnica de comércio de Itabaiana-SE (1967-1978) e a formação de profissionais contabilistas**. *Anais do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"*. Paraíba, JP, set./out. 2012. BEUREN, I. M., ET AL. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. BURKE, Peter. *Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro*. BURKE, Peter (Org). In: **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 7-38. CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da colônia à era Vargas**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007. FÁVERO, Osmar. **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1998. FELGUEIRAS, Louro Margarida. *Cultura Escolar: da migração do conceito à sua objectivação histórica*. In: FELGUEIRAS, Margarida Louro; VIEIRA, Carlos Eduardo (Eds.). **Cultura escolar, migrações e cidadania**. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação e autores, 2010. p. 17-32. GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2007. GOMES JÚNIOR, Antônio Carlos. **O ensino comercial no Brasil: escola técnica de comércio Dr. Fernando Costa**. 2013. 135 f. Tese (Doutorado em

Educação) – Faculdade de Ciências Humanas / Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Metodista de Piracicaba. 2013. LEITE, Carlos Eduardo Barros. **A evolução das ciências Contábeis no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. LUKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986. MORAIS, José Jassuipi da Silva; SILVA, Rayane de Lima. Ensino técnico-profissional no Brasil: escola técnica de comércio Santo Antônio – Guarabira – Paraíba/Brasil (1952-1974). **Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós**, ano 4, n. 16, nov. 2014. NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Memórias do aprendizado: 80 anos de ensino agrícola em Sergipe**. Maceió: Edições Catavento, 2004. NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Sergipe, 1984. ORTIZ, Renato (Org.) **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: olho d`Água, 2003. PELEIAS, Ivam Ricardo; SILVA, Glauco Peres da; SEGRETI, João Bosco; CHIOROTTO, Amanda Russo. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade & Finanças**, Edição 30 anos de Doutorado, Junho 2007, v.18. p. 19-32. POLATO, Mauricio Fonseca. **A fundação escola de comércio Alvares Penteado (Fecap) e o ensino comercial em São Paulo (1902-1931)**. 2008. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, PUC, São Paulo, 2008. SCHMIDT, P.. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000. SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. **Gerações de técnicos em contabilidade: a escola técnica de comércio do colégio Farroupilha/RS (1950-1983)**. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional da História "Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis, SC, jul. 2015. **FONTES BRASIL**. Decreto nº 456, de 6 de julho de 1846. Manda executar o regulamento da aula de commercio da Cidade do Rio de Janeiro. **Collecção das Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, parte 2, p. 63, v.1, 1846. _____. Decreto nº 769, de 9 de agosto de 1854. Autorisa o Governo para reformar a Aula do Commercio desta Côrte, e a elevar á quantia de vinte mil réis a contribuição dos alumnos. **Collecção das Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, parte I, p. 42, v.1, 1854. _____. Decreto nº 1763, 14 de maio de 1856. Dá novos Estatutos á Aula do Commercio da Côrte. **Collecção das Leis do Império do Brasil**, parte II, p. 182, v.1, 1856. _____. Lei nº 556, de 22 de junho de 1850. Código

Comercial do Império do Brasil. **Collecção das Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 57, v.1, 1850. _____. Lei nº 1083, de 22 de agosto de 1860. Contendo providencias sobre os Bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedade. **Collecção das Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, parte I, p. 28, v.1, 1860. _____. Decreto nº 1339, de 9 de janeiro de 1905. Declara instituição de utilidade publica a Academia de Commercio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ella conferidos, como de character official; e dá outras providencias. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1905, p. 225. _____. Decreto nº 17329. Approva, o regulamento para os estabelecimentos de ensino technico commercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1926, p.20261. _____. Decreto nº 20158. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1932, p.2625. _____. Decreto nº 1535, de 23 de agosto de 1939. Altera a denominação do Curso de Perito-Contador e dá outras providências. **Collecção das Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 247, v.6, 1839. _____. Decreto nº 6141, de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. **Collecção das Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 313, v.7, 1943. _____. Decreto nº 14373, de 28 de dezembro de 1943. Regulamento da Estrutura dos Cursos de Formação do Ensino Comercial. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1943, p.19231.

* Mestranda em Educação – UNIT/SE. Especialista em Auditoria Contábil pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Tiradentes (UNIT/SE). Professora e Coordenadora do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe (Fanese). Membro do grupo de pesquisa CNPq em Contabilidade e Finanças da Universidade Federal de Sergipe e do grupo de pesquisa História, Educação e Identidade da Universidade Tiradentes. E-mail: lucianamatos@fanese.edu.br

. ** Mestranda em Educação – UNIT/SE. Especialista em MBE Análise e Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Sergipe. Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Sergipe. Docente

da Universidade Paulista - UNIP. Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO/GT/SE). Email: hbraz81@gmail.com

Recebido em: 07/08/2016

Aprovado em: 09/08/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: